

Imigrantes, Fronteira e Agricultura nas Matas do Vale do Mucuri - Minas Gerais

*Eduardo Magalhães Ribeiro **

Mucuri

O vale do Mucuri, situado a nordeste de Minas Gerais, foi uma extensa e duradoura fronteira agrícola entre inícios do século XIX e meados do século XX. Seu povoamento ocorreu principalmente por levas de migrantes originários do alto vale do Jequitinhonha e, depois dos anos 1890, por baianos e mineiros do vale do rio Pardo. Por conta dessas migrações o Mucuri viveu um processo acelerado de povoamento: entre 1860 e 1920, sua população passou de 4.000 colonos para 160.000 habitantes, cresceu 4.000% em 60 anos, e, embora seja possível supor um forte crescimento natural, a maior parte dessa expansão deve ser creditada mesmo à migração.

A região era uma mata compacta - até os dias de hoje os moradores do alto Jequitinhonha referem-se ao Mucuri como a *mata*: a floresta atlântica cobria terras muito férteis,

úmidas na maior parte do ano, de topografia muito movimentada e bem irrigada por córregos e rios. Dadas a abundância de recursos naturais - frutos, madeira, peixe, caça, pedras preciosas, fertilidade - e, ao mesmo tempo, as dificuldades de acesso, essas matas foram os últimos refúgios de muitas nações indígenas, que enfrentaram duros combates, militares e culturais, até desaparecerem nessa nação que convencionou-se chamar brasileiros.

Essas riquezas do vale do Mucuri - pedrarias, terras férteis e índios para serem preados - atraíram muitos empresários, aventureiros e negociantes para lá. Dentre os empresários o mais famoso foi Teófilo Benedito Ottoni, um misto de empresário, político, visionário e etnógrafo. Na década de 1850 ele empenhou nessas matas suas energias, capitais e esperanças numa Companhia de Comércio e Navegação que teve a duração que permitiram os recursos

peçoais e a capacidade de articulação política do empreendedor. Ottoni e a Companhia tentaram navegação, comércio e exploração de madeiras; mas a lógica da autarquia econômica das regiões mineiras e as adversidades da mata derrotaram-no em todas as frentes. Ao final, tentou estabelecer uma iniciativa de colonização na mata, e embora investisse muito esforço e capitais na empreitada, também não obteve sucesso financeiro. Foi, porém, a principal base da sua notoriedade no futuro e será o assunto das páginas seguintes deste artigo.

Este artigo analisa alguns aspectos da experiência desses colonos na fronteira agrícola que era na época o vale do Mucuri. Ele é resultado de pesquisas em fontes literárias da região, principalmente monografias e memórias locais, que fornecem um amplo painel desse encontro entre os imigrantes e a mata.

Os colonos na fronteira

A década de 1850, sob vários pontos de vista, foi chave na história brasileira. A crise da escravidão, que até então fora e durante ainda quase três décadas continuaria a ser a base do trabalho produtivo no país, carecia de soluções que começaram a ser efetivamente encaminhadas nessa década. De um lado, foi encaminhada pela Lei de Terras, que excluiu os pobres do acesso à terra própria, e forneceu os fundamentos para os nossos intermináveis problemas agrários; de outro lado foi encaminhada a solução imigrantista para a questão do trabalho e do povoamento. Acreditava-se, na época, que o imigrante poderia não só melhorar - pelo *branqueamento* e

europização - a população brasileira, como igualmente poderia fornecer os braços necessários para substituir o escravo. Por isso, várias experiências de assentar imigrantes foram tentadas; entre elas a tentativa de colonização do Mucuri (Viotti da Costa, 1982; Martins, 1979).

A Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri era uma sociedade por ações, Ottoni era sócio majoritário e a verdadeira alma do negócio. Quando suas esperanças de montar uma navegação ativa no rio Mucuri fracassaram, e o comércio vindo daí não prosperou, resolveu vender terras da Companhia a imigrantes europeus. Estes, com algum apoio da empresa, poderiam fazer vicejar o comércio na região. Ele desejava que os europeus custeassem sua viagem e comprassem terras. Porém, para atrair imigrantes, os agenciadores eram pouco criteriosos; exageravam as maravilhas brasileiras, como na circular que a Agência Beaucourt distribuiu na Europa para seduzir camponeses para o Mucuri:

“Lá chegados receberão cada um cem mil braças quadradas de terras já cultivadas, bem como habitação, estábulos para os animais, instrumentos para a agricultura e gado de todas as qualidades. Os carpinteiros, pedreiros, marceneiros podem ganhar, no mínimo, treze francos por dia e trabalhar em outras terras. (...) Para dar uma idéia das vantagens que os emigrantes encontrarão, e cuja explicação minuciosa seria muito longa, acrescentaremos aqui que a caça e a pesca, que em toda a parte são severamente proibidos ou custam muito caro, lá são livres e de grande benefício para os colonos.” (Ribeyrolles, 1941: 121)

Foi assim, com Ottoni traído por

contratadores de imigrantes, e colonos traídos pelo desconhecimento do país, que acabaram chegando ao Mucuri europeus desesperançados e endividados. A Companhia precisou custear sua viagem, desembolsar adiantamentos de mantimentos, sementes e utensílios domésticos. A maioria deles começou sua vida no Brasil com dívidas, explorando um meio que não conheciam, sofrendo da incompreensão da língua ao desconhecimento do bicho-de-pé. Nessas circunstâncias difíceis, uma seca assolou o Mucuri, uma epidemia de febres atingiu suas margens e um médico e viajante alemão, que não gostava muito de Ottoni, levou à Côte, no Rio de Janeiro, que na época era capital do país, imigrantes europeus doentes ou moribundos. Isto foi a gota d'água para o governo cortar créditos da Companhia, encampá-la, e deixar os colonos livres das dívidas com Ottoni, mas entregues a si mesmos num meio que, absolutamente, desconheciam (Ribeiro, 1998). Alguns anos depois, um pesquisador, viajando pela região, faria um relato desanimador:

“A companhia faliu; os colonos desapontados em suas esperanças, desertaram aos magotes, e hoje o Mucuri está arrastando uma existência miserável.” (Hartt, 1941: 159)

Dai por diante essa população imigrante teve que arranjar-se para conviver com o meio e a sociedade brasileira. A dificuldade pode ser percebida em memórias de colonos ou pioneiros brasileiros, que descreveram as desventuras dos colonos, principalmente alemães. A dívida com a Companhia ou o governo brasileiro, a natureza misteriosa da mata, os preconceitos brasileiros, deixaram os europeus atordoados, sem mercados, cercados por concorrentes que

produziam no lote do lado o mesmo produto; sofreram, enfim, a feroz estabilidade econômica que travou por muitos anos a expansão de colonos e da própria região.

A floresta deslumbrava os recém-chegados. O cenário grandioso, a extraordinária fertilidade, a liberdade para usar os recursos animavam os viajantes a ponto de levá-los a descrever a mata do Mucuri como uma espécie de Jardim do Eden. Esse deslumbramento aparece em relatórios de cônsules, pesquisadores e funcionários públicos. O príncipe alemão Wied, por exemplo, descreveu assim a mata:

“(...) tanto quanto a vista pode alcançar, tudo, até o horizonte longínquo, é coberto, sem interrupção de matas sombrias. (...) imagine-se uma floresta erma em que um bando de homens constitua um posto avançado solitário, suficientemente providos pela natureza com o indispensável à vida, graças à abundância da caça, peixes e água potável; mas, ao mesmo tempo, devido ao afastamento dos lugares povoados, entregues inteiramente aos próprios recursos, e adstritos a ficar em guarda constante contra os selvagens da floresta, que os rodeiam por todos os lados.” (Wied, 1989: 183/191)

Esse maravilhamento inicial, aos poucos, seria substituído por uma ação mais pragmática. Querendo produzir alimentos ou gerar renda no comércio, os pioneiros passavam a ter uma atitude pouco respeitosa com os recursos naturais, e nessa ação devastadora iam guerreando a mata; ao contrário dos indígenas que usufruíam a mata e retiravam dela seu consumo modesto, colonos - e aí pouca diferença fazia serem europeus ou nacionais - esforçavam-se para redesenhar a

paisagem da fronteira, para deixá-la compreensível depois de organizada a partir de parâmetros que consideravam humanos. O hino composto e cantado na inauguração de Filadélfia, que depois tornou-se a cidade de Teófilo Ottoni, e da rodovia Santa Clara, cortada na mata entre Filadélfia e o porto de vapores na divisa de Minas Gerais e Bahia, é uma feliz expressão dessa disposição de espírito:

“A foice, o machado, a serra e o malho, / irmãos e amigos, são nossos troféus / gentil Filadélfia, nasceu do trabalho, / bendita dos homens, bendita dos céus!” (Tettero, 1922:16)

Do contato ao conflito, à negociação e, por fim, à vitória dos colonos sobre a mata, às vezes levava décadas. Variaram em intensidade de uns para outros personagens: de acordo com a sua percepção do ambiente, de acordo com o ambiente por si mesmo. Em geral é possível conhecer o meio onde a população se estabeleceu e o tipo de exploração que instituiu, mas difícil atualizar a maneira como foram negociadas as relações entre migrantes e meio; basicamente porque esse não é um sentimento documentado. Mas no caso do Mucuri há oportunidade para fazer isso com os colonos por conta da quantidade de impressões que ficaram registradas. Elas permitem entender como foi enfrentada a mata desde a *abertura* pioneira, da qual participaram colonos de origens, experiências, trajetórias e recursos muito diferentes: europeus, chineses, nacionais, além, óbvio, dos índios, que enfrentaram os colonos na pior de todas as guerras. No Mucuri, europeus não fizeram na mata nada de muito diferente daquilo que os migrantes nacionais faziam. Por isso, sua história é um exemplo ótimo para refletir sobre culturas, diversidades e superioridades culturais.

O estranhamento do meio

Recém-chegados ao Brasil, passado o deslumbramento inicial, os europeus se decepcionaram. Nos anos 1950, comemorando os 100 anos da imigração européia, Max Rothe publicou um livro com as memórias das misérias que viveram. A mata, depois do primeiro contato, foi uma grande decepção:

“Ah, como era tudo tão diferente do que imaginara... Então aquele emaranhado de árvores, cipós e vegetação rasteira, que crescia ao longo do rio, era a tão decantada mata virgem?” (Rothe, 1956: 52)

Viria daí os sofrimentos provocados pelo meio desconhecido. Atingidos pela seca de 1859, europeus que não sabiam coletar na natureza morriam de fome ou cozinhavam capim para comer. Padeciam com as doenças, e, desde Santa Clara - que era seu ponto de entrada na mata - sofriam com as mais insignificantes pragas tropicais:

“(...) vi um homem quase desesperado. Desatou uma atadura que tinha em um pé, e mostrou-me dois dedos horripelmente mutilados pelos bichos dos pés, que ele não tinha sabido convenientemente tratar(...)”. (Ottoni, 1860: 64)

Certamente um dos melhores exemplos dessas dificuldades iniciais é o caso da banana, que teria acontecido entre Teófilo Benedito Ottoni e a família Roedel, colonos recém instalados. Ottoni presenteou-os com três bananas maduras e, algum tempo depois, perguntou a opinião deles sobre a fruta que desconheciam. Responderam que banana era muito boa para comer, mas não servia para

guardar nem para plantar: eles comeram uma, armazenaram outra e enterraram a terceira no chão.

Na alimentação, então, essa adaptação ao meio foi muito mais difícil. As anotações de Bruno Marx, europeu chegado às matas do Mucuri no século XIX, revelam como os colonos viveram uma brutal revolução no cardápio:

“Desconhecendo o solo, clima e regime da lavoura brasileira, muito diferente do sistema europeu, ao qual estavam habituados, tiveram os primitivos colonos, amargas decepções. Mas a sua perseverança e seu ânimo forte venceram, e afinal eles se transformaram em verdadeiros mestres da agricultura, para os posteriores imigrantes. As donas de casa e mães, tiveram também seus problemas, no que respeita à culinária. Muito diverso do daqui, era o cardápio da terra natal. Ali era hábito, oferecer pratos diferentes, todos os dias, mas aqui, na floresta virgem, era feijão e arroz, e arroz e feijão. Um naco de toucinho, arroz ou carne, eram nos primeiros tempos petiscos tão raros que, aquele colono que os tivesse vez ou outra sobre a mesa, teria sido considerado esbanjador.” (Rothe, 1956: 47)

Mas foi, certamente, o primeiro pastor da comunidade evangélica do Mucuri, Hollerbach, quem melhor refletiu em suas cartas sobre as dificuldades para estabelecer-se na mata desconhecida. Sua vida, a partir da chegada em 1862, foi um martírio: sofreu com o cardápio, as chuvas torrenciais, a floresta impenetrável, a falta de dinheiro que reduzira sua dieta ao mínimo indispensável. Sofria, além disso, com o meio que destruíra suas roupas, meias, lenços, deteriorava seus alimentos, quadros e, por fim, seus livros eram devorados por traças e

cupins. Essas dificuldades na vida e nas finanças espelhavam-se no campo da fé e o pastor fazia as mais amargas reflexões sobre seu rebanho perdido na floresta:

“(...) quando tenho diante de mim uma média de apenas 60 ouvintes, sinto-me tentado a dizer para mim mesmo: -Teu assunto está esgotado; ou: - Os teus sermões aniquilaram as personalidades, ou ainda -Teus sermões não prestam. Se tivesses lançado a verdadeira semente, as avezinhas viriam em maior número. Quem sabe esse insucesso não é um sinal de Deus de que devo procurar um outro campo missionário? No caso de eu abandonar esse campo, poderia levar anos até vir outro pastor para cá, pois as referências sobre a Sibéria não podem ser piores do que aquelas que o viajante recebe sobre o Vale do Mucuri, ao aportar no Rio de Janeiro.” (Rothe, 1956: 22)

A correspondência do pastor Hollerbach trata dessa dificuldade de convívio que ele suportou com paciência variável; mas fez sua pregação em toda a colônia e espalhou grande número de descendentes pela mata. Certamente cumpriu com muito acerto sua missão, pois conquistara até o respeito dos frades franciscanos, que além de católicos eram holandeses, e sempre referiram-se a ele com os maiores elogios.

Preconceitos

A adversidade do meio era completada pela solidão, pela falta de normas que regulassem a vida desses migrantes na fronteira. Por conta disso, a fronteira costuma ser muito associada à violência sobre as pessoas,

que refletia e extrapolava a violência física e moral usada para impor mandos e trabalho.

Para os europeus, esse começo de vida no Brasil, foi uma travessia difícil nesse aspecto. Chegavam para lidar com a terra, numa sociedade aparentemente aberta de fronteira, mas fortemente marcada pelo mando escravista e pela tradição patronal que marca o Brasil desde o início da colonização. Assim, além do exótico da língua e da cultura, enfrentaram o mando local, que considerava aquela agricultura familiar praticada por eles uma esquisitice; perdidos nas selvas, empobrecidos material e tecnicamente, deviam enfrentar a brutal incompreensão das elites fazendeiras da região.

Existem muitos registros desse destrato ao colono europeu, que só passou a ser valorizado no Mucuri depois dos anos 1950, e até meio equivocadamente, por creditar a eles façanhas que não fizeram e omitir sua extraordinária capacidade de sobrevivência. Nos relatos de final de século XIX, principalmente, a posição do imigrante nada recebia de gloriosa. Por exemplo, na ata de uma exposição agropecuária realizada em 1874, reproduzida pelo memorialista Godofredo Ferreira (1934), o europeu aparece como equivalente a “pobre”, fazendeiro equivalente a “rico”, e posseante e agregado como equivalentes a “nacional”. Na ata há uma forte distinção entre colonos e fazendeiros, mas a distinção não é só por ter ou não escravos ou agregados, embora isso seja importante; é, também, por condição, por nacionalidade - os alemães recebiam certa desqualificação, eram tratados nos documentos num misto de tolerância e asco - e pelo tipo de atividade. E a ata revela o caráter patronal do preconceito: produtos expostos pelos fazendeiros eram de

escala larga: algodão, café, fumo, aguardente; produtos de colonos eram alimentares básicos e artesanais, como feijão, cerveja, *laranjinha* e bordados, e às vezes caprichavam no exótico, como trigo, nabo, pêssego, mas no conjunto não se podia notar que havia diferença grande entre a sua e a pauta produtiva de lavradores mineiros pobres. O fato mesmo é que eles levaram à exposição produtos cotidianos, produtos do trabalho, produtos do seu trabalho; os fazendeiros brasileiros levaram resultados do trabalho dos outros.

Desses imigrantes para o Mucuri, talvez mais que os europeus, foram discriminados os chineses. A Companhia do Mucuri abriu uma estrada de rodagem na mata - ligando o ponto final de navegação fluvial com o interior da fronteira - com trabalho de escravos e chineses; estes, foram *importados* pelo Ministério do Interior e contratados por Ottoni. Sua condição de trabalho era pouco diferente da escravidão; a posição social também: recebiam uma paga miserável e a outra parte do pagamento era em arroz, ópio ou aguardente. Em alguns relatórios Ottoni valorizava o trabalho desses chineses, escrevia que fora uma ótima aquisição por terem custado apenas o preço da passagem marítima e renderem bastante no trabalho.

Os testemunhos que outros autores deixaram desses imigrantes, porém, revelam as condições e os maus-tratos a que eram submetidos. Frei Samuel Tetteroo (1922), Godofredo Ferreira (1934), Ribeyrolles (1941) e frei Olavo Timmers (1969) referem-se a essa situação. Robert Avé-Lallemant deixou um relato do seu encontro com eles:

“-O que fazem esses chineses hoje? - perguntou o Dr. Ernesto ao português [o feitor]. E ele respondeu, com toda a franqueza,

que só trabalhavam bem quando os sovavam bastante (...) Prosseguimos viagem e, depois de uma boa hora, deparamos com longa fila de chineses, guiados por um feitor munido dum cacete, que, depois do descanso do meio-dia iam continuar o trabalho iniciado pelos negros. Poderiam ter 50 a 60 chineses, na maioria moços, fortes, de menos de 30 anos e bem parecidos. (...) Todos tinham enrolado o comprido rabicho em volta da cabeça, como fazem as mulheres (...).” (Avé-Lallemant, 1980: 185)

Esses migrantes chineses permaneceram no Mucuri e viveram um intenso processo de miscigenação, como, aliás, ocorreu com todos os colonos na fronteira. Talvez este processo tenha sido mais acentuado na Colônia Militar do Urucu, que inicialmente era um povoado indígena; no meio do século XIX, foi instalado lá um destacamento de soldados *brasileiros* - indivíduos de várias origens que eram batizados e falavam português - para pacificar os índios. Pouco tempo depois chegaram imigrantes europeus, principalmente holandeses, mas também portugueses, suíços e alemães. Ao final da década de 1850 chegaram os chineses, livres dos contratos de trabalho da Companhia do Mucuri, e, depois chegaram migrantes do alto Jequitinhonha.

As origens diversas dos migrantes para a Colônia deram ocasião a encontros exemplares. Seus arquivos cartoriais guardam documentos como o casamento, em 1871, de João Chin, natural de Cantão, na China, com Matilde Catarina, filha de Manuel Bugre e Ana Maria Kalle de Prússia; eram casamentos entre alemães, holandeses, chineses, índios e portugueses, e batismos

multinacionais: Manuel Gazinelli Chin, João Chin Garcia. Os chineses estabeleceram-se pelo Mucuri, desapareceram como grupo na mata nos finais do século XIX. Frei Olavo Timmers ainda recolheu a história de Mariquinha van der Maas, filha de Higinio Cantão China e Luíza Pereira de Souza, viúva de Jacobino van der Maas, moradora dessa Colônia. Mariquinha contava que sua mãe retirava cascas de sapucaia, massambé e jequitibá, e as cozia, usando o produto para tingir roupas na tinturaria que a família montara.

Brasileirando

Como os chineses, os outros colonos também acabaram adaptando-se às matas, realizando uma intensa negociação cultural com a natureza, que, finalmente, chegou a bons termos quando ela acabou. No início da imigração Ottoni observara isto:

“Gesnitz, Neumam pai, Neumam filho, Thomaz, Frantz, Baldow, Fricke e Samye. São oito famílias que plantaram este ano 14 alqueires de milho, e por entre a milharada, cana, café, mandiocas, inhames, batatas e todas as miunças que fartam a casa do agricultor.” (Ottoni, 1858: 132)

Portanto, plantavam não só a roça de milho: mas a roça de milho junto com as *miunças*, como as roças dos nativos, as roças de *três andares*, com plantas de raízes, plantas rasteiras e plantas arbustivas, todas consorciadas. De sorte que esses colonos na verdade ajustaram à mata o muito pouco que sabiam antes, mas aprenderam a coletar, a fazer a *lavoura de tocos* que convinha àquele meio: derrubar a mata, queimar, coivarar e colher o mesmo milho, feijão e *carirus* que sustentavam os brasileiros. Anos

depois de encerrada a imigração européia, um viajante se assustava por encontrar no mato o sujeito que, acreditava, não podia estar ali, pois vinha do

“susto que a gente leva, quando ao entrar numa tapera caindo aos pedaços, esbarra com um ariano de olhos azuis, acorocado com o cigarro de palha entre as mãos, a falar mole com o sotaque caipira, cheio de filhos ancilostomados e nus.” (Paternostro, 1937: 248)

Há, dessa mesma época, uma fotografia que mostra colonos europeus em trajes de domingo posando ao lado do motivo de orgulho: a fabulosa raiz de mandioca, o melhor símbolo da dita lavoura do caboclo e de uma antropofagia cultural. A montaria da mulher que aparece na foto é à européia, masculina; não usa o inseguro silhã, que foi a marca da montaria feminina na região, pois se acreditava que era recomendável que as mulheres viajassem com as pernas fechadas. Ao fundo da foto, entre a folhagem da capoeira despontam as embaúbas: a marca de mata secundária, de terra em pouso no sistema de *derrubada-e-queima* para fazer *roça de coivara*.

Os colonos do Mucuri terminaram por fazer as pazes com a mata: acabaram até, chineses e protestantes, batizados e casados na Igreja Católica, ou praticando um luteranismo suspeito, que mantinha em casa imagens de santos, fazia promessas e rezava o terço, conforme contou frei Sabino Staphorst (1985). Suas técnicas, cultura, produtos e dietas acabaram por não ter nenhuma diferença com os colonos nacionais.

Esses colonos, nessas fronteiras, caracterizam bem aquilo que Celso Furtado (1980) denominou de a *“regressão à economia de*

subsistência” sofrida por imigrantes no Brasil. Mas a questão que ainda permanece é, talvez, outra: teria sido possível transplantar sistemas de exploração e técnicas empregadas em outros ambientes e países para essa fronteira da mata? Esses e outros colonos acabam, efetivamente, por serem também um pouco - ou muito - colonizados pela mata, pelo meio, pelos novos costumes que foram obrigados a negociar com a mata desconhecida. Em quase todas as situações de fronteira, colonos têm a mesma limitação, que começa com um enfrentamento bruto e termina num acordo negociado ou com o fim da fronteira. Nesse caso não foram transplantados sistemas de exploração da terra, não houve melhoria nos sistemas produtivos com a chegada de imigrantes. Pelo contrário, foram eles que se adaptaram a sistemas de plantio e coleta da natureza que já eram correntes na população nativa, que por sua vez sofrera das mesmas dificuldades para construir e negociar suas técnicas com o meio, que é um ativo gerador de respostas; a fronteira e o meio são tão sujeitos da história quanto os homens e mulheres.

** Eduardo Magalhães Ribeiro é Economista, Professor da Universidade Federal de Lavras/MG.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVÉ-LALLEMANT, R.
(1980) *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe*. Belo Horizonte/Itatiaia, São Paulo/EDUSP.
- FERREIRA, G.
(1934) *Os Bandeirantes Modernos*. Teófilo Otoni.
- FURTADO, C.
(1980) *Formação econômica do Brasil*. Décima sétima edição. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- HARTT, C.F.
(1941) *Geologia e geografia física do Brasil*. SP, Cia Editora Nacional.
- MARTINS, J.de S.
(1979) *O cativo da terra*. São Paulo, HUCITEC.
- OTTONI, T.B.
(1858) *“Notícia sobre os selvagens do Mucury”*. Rio de Janeiro, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo XXI.
- OTTONI, T.B.
(1860) *“Relatório apresentado aos acionistas da Companhia do Mucury no dia 10 de maio de 1860”*. Rio de Janeiro, Tipografia do Correio Mercantil.
- PATERNOSTRO, J.
(1937) *“Padrão de vida em Minas Gerais. Inquérito sobre o modo de viver dos camponeses numa área do norte do Estado de Minas Gerais.”* São Paulo, *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, volume 39.
- RIBEYROLLES, C.
(1941) *Brasil Pitoresco*. São Paulo, Martins.
- RIBEIRO, E.
(1998) *O cavaleiro e as selvas: as aventuras de Teófilo Benedito Otoni, o Mucuri e o Jequitinhonha no século XIX*. Belo Horizonte, Formato.
- ROTHER, M.
(1956) *100 anos de imigração alemã em Teófilo Otoni*. Ijuí, C. Serrano.
- STAPHORST, Frei S., ofm.
(1985) *Vinte e cinco anos no Brasil*. Belo Horizonte.
- TETTEROO, Frei S., ofm.
(1922) *Notas históricas e corográficas sobre o município de Teófilo Otoni*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial.
- TIMMERS, Frei O., ofm.
(1969) *“O Mucury e o Nordeste Mineiro no passado e o seu desenvolvimento segundo documentos e notícias recolhidas por frei Olavo Timmers”*. Belo Horizonte, manuscrito. (Documento do Arquivo Público Mineiro).
- VIOTTI DA COSTA, E.
(1979) *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. Segunda Edição. São Paulo, Ciências Humanas.
- WIED, M., Prinz von.
(1989) *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, EDUSP.